



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA BENTO XVI
AOS PARTICIPANTES NA ASSEMBLEIA PLENÁRIA
DA PONTIFÍCIA ACADEMIA PARA A VIDA**

Sala Clementina

Sábado, 26 de Fevereiro de 2011

Senhores Cardeais

Venerados Irmãos

no Episcopado e no Sacerdócio

Prezados Irmãos e Irmãs

Recebo-vos com alegria, por ocasião da Assembleia anual da Pontifícia Academia para a Vida. Saúdo de modo particular o Presidente, D. Ignacio Carrasco de Paula, agradeço-lhe as amáveis palavras que proferiu. Dirijo a cada um as minhas cordiais boas-vindas! Nos trabalhos destes dias abordastes temas de actualidade relevante, que interrogam profundamente a sociedade contemporânea, desafiando-a a encontrar respostas cada vez mais adequadas ao bem da pessoa humana. A temática da síndrome pós-abortiva — ou seja, o grave mal-estar psíquico experimentado frequentemente pelas mulheres que recorreram ao aborto voluntário — revela a voz insuprimível da consciência moral e a ferida gravíssima que ela padece cada vez que a acção humana atraiçoa a vocação inata ao bem do ser humano, que ela testemunha. Nesta reflexão seria útil também prestar atenção à consciência, por vezes ofuscada, dos pais das crianças que muitas vezes deixam sozinhas as mulheres grávidas. A consciência moral — ensina o *Catecismo da Igreja Católica* — é aquele «juízo da razão, mediante o qual a pessoa humana reconhece a qualidade moral de um acto concreto que vai praticar, que está prestes a executar, ou que já realizou» (n. 1.778). Com efeito, é tarefa da consciência moral discernir o bem do mal, nas várias situações da existência a fim de que, com base neste juízo, o ser humano possa orientar-se livremente para o bem. A quantos gostariam de negar a existência da consciência moral no homem, reduzindo a sua voz ao resultado de condicionamentos exteriores, ou a um fenómeno puramente emotivo, é importante recordar que a qualidade moral do agir humano não é um valor extrínseco ou então opcional, nem sequer é uma prerrogativa dos cristãos ou dos fiéis, mas associa todos os seres humanos. Na consciência moral, Deus fala a cada um e convida a

defender a vida humana em cada momento. Neste vínculo pessoal com o Criador encontram-se a profunda dignidade da consciência moral e a razão da sua inviolabilidade.

Na consciência, o homem na sua integridade — inteligência, emotividade e vontade — realiza a própria vocação ao bem, de tal modo que a opção do bem ou do mal nas situações concretas da existência acaba por marcar profundamente a pessoa humana em cada uma das expressões do seu ser. Com efeito, o homem inteiro permanece ferido quando o seu agir se realiza contrariamente ao preceito da sua própria consciência. Todavia, mesmo quando o homem rejeita a verdade e o bem que o Criador lhe propõe, Deus não o abandona, mas precisamente através da voz da consciência, continua a procurá-lo e a falar-lhe, a fim de que reconheça o erro e se abra à Misericórdia divina, capaz de curar qualquer ferida.

Os médicos, em particular, não podem faltar à grave tarefa de defender a consciência contra o engano de numerosas mulheres que julgam encontrar no aborto a solução para as dificuldades familiares, económicas e sociais, ou para os problemas de saúde do seu filho. Especialmente nesta última situação, a mulher é muitas vezes convencida, às vezes pelos próprios médicos, que o aborto representa não apenas uma escolha moralmente lícita, mas até um gesto «terapêutico» necessário, para evitar sofrimentos ao filho e à sua família, e um peso «injusto» para a sociedade. Num contexto cultural caracterizado pelo eclipse do sentido da vida, em que se atenuou enormemente a percepção comum da gravidade moral do aborto e de outras formas de atentados contra a vida humana, exige-se dos médicos uma especial fortaleza para continuar a afirmar que o aborto nada resolve, mas mata a criança, aniquila a mulher e obceca a consciência do pai da criança, destruindo frequentemente a vida familiar.

Todavia, esta tarefa não se refere unicamente à profissão médica e aos agentes no campo da saúde. É necessário que a sociedade inteira defenda o direito à vida da criança concebida e o verdadeiro bem da mulher que nunca, em qualquer circunstância, poderá encontrar a realização na escolha do aborto. De igual modo, será preciso — como é indicado pelos vossos trabalhos — não deixar faltar as ajudas necessárias às mulheres que, infelizmente tendo já recorrido ao aborto, estão agora a experimentar todo o seu drama moral e existencial. São múltiplas as iniciativas, no plano diocesano ou da parte de entidades de voluntariado individuais, que oferecem apoio psicológico e espiritual, para uma plena recuperação humana. A solidariedade da comunidade cristã não pode renunciar a este tipo de co-responsabilidade. A tal propósito, gostaria de evocar o convite dirigido pelo Venerável [João Paulo II](#) às mulheres que recorreram ao aborto: «A Igreja está a par dos numerosos condicionamentos que poderiam ter influído sobre a vossa decisão, e não duvida que, em muitos casos, se tratou de uma decisão difícil, talvez dramática. Provavelmente a ferida no vosso espírito ainda não está sarada. Na realidade, aquilo que aconteceu foi e permanece profundamente injusto. Mas não vos deixeis cair no desânimo, nem percais a esperança. Sabei, antes, compreender o que se verificou e interpretai-o em toda a sua verdade. Se não o fizestes ainda, abri-vos com humildade e confiança ao arrependimento: o Pai de toda a misericórdia espera-vos para vos oferecer o seu perdão e a sua paz no sacramento da

Reconciliação. A este mesmo Pai e à sua misericórdia, podeis confiar com esperança o vosso filho. Ajudadas pelo conselho e pela solidariedade de pessoas amigas e competentes podereis estar, com o vosso doloroso testemunho, entre os mais eloquentes defensores do direito de todos à vida» (Encíclica *Evangelium vitae*, 99).

A consciência moral dos investigadores e de toda a sociedade civil está intimamente implicada também no segundo tema-chave dos vossos trabalhos: a utilização dos bancos de cordão umbilical, para finalidades clínicas e de pesquisa. A investigação médico-científica constitui um valor, e portanto um compromisso, não só para os pesquisadores, mas para toda a comunidade civil. Daqui nasce o dever de promover investigações eticamente válidas da parte das instituições e o valor da solidariedade dos indivíduos na participação em pesquisas destinadas a fomentar o bem comum. Este valor, e a necessidade desta solidariedade, são evidenciados muito bem no caso da utilização das células estaminais provenientes do cordão umbilical. Trata-se de aplicações clínicas importantes e de investigações promissoras no plano científico, mas que na sua realização dependem muito da generosidade na doação do sangue do cordão umbilical, no momento do parto e da adequação das estruturas, para tornar realizável a vontade de doação da parte das parturientes. Por conseguinte, convido todos vós a fazer-vos promotores de uma solidariedade humana e cristã verdadeira e consciente. A este propósito, muitos pesquisadores médicos olham justamente com perplexidade para o crescente florescimento de bancos particulares para a conservação do sangue do cordão umbilical, exclusivamente para o uso autólogo. Tal opção — como demonstram os trabalhos da vossa Assembleia — além de ser desprovida de uma superioridade científica real em relação à doação do cordão umbilical, debilita o espírito genuíno de solidariedade que deve animar constantemente a investigação daquele bem comum para o qual, em última análise, tendem a ciência e a investigação médicas.

Caros Irmãos e Irmãs, renovo a expressão do meu reconhecimento ao Presidente e a todos os Membros da Pontifícia Academia para a Vida, pelo valor científico e ético com que desempenhais o vosso compromisso ao serviço do bem da pessoa humana. Faço votos a fim de que conserveis sempre vivo o espírito de serviço autêntico, que torna as mentes e os corações sensíveis ao reconhecimento das necessidades dos homens, nossos contemporâneos. A cada um de vós e aos vossos entes queridos, concedo de coração a Bênção Apostólica.